

22/9/1986

Testemunha-chave do caso Leme denuncia a polícia

Ricardo Kotscho

Leme (SP) — Três meses após o conflito entre policiais e bóias-frias, no auge de uma greve de 22 dias dos cortadores de cana-de-açúcar, em que duas pessoas morreram e mais de 20 ficaram feridas, uma das principais testemunhas, o motorista José Henrique Cafasso, denuncia que seu depoimento foi deturpado pela polícia e provoca uma reviravolta no caso.

Em entrevista ao JORNAL DO BRASIL, Cafasso afirma que assinou sem ler o primeiro depoimento que deu à polícia na manhã de 11 de julho, logo após os incidentes, no qual autoridades federais e estaduais se basearam para responsabilizar parlamentares do PT que se encontravam em Leme. Cafasso nega que em algum momento tenha declarado que os disparos responsáveis pela morte de um bóia-fria e uma empregada doméstica tenham partido de um Opala a serviço dos parlamentares.

— Eu nunca poderia ter dito isso porque quando a confusão começou, com os piqueteiros jogando pedras no ônibus em que eu estava, protegi o rosto com a mochila e não vi mais nada. Só ouvi os tiros. Na polícia, só me lembro que eu falava pouco e o homem escrevia muito e, depois, não li o que ele escreveu.

— O motorista garante que o policial responsável pela tomada do depoimento não era de Leme — cidade de 60 mil habitantes a 176 quilômetros de São Paulo — mas é capaz de reconhecê-lo se a Justiça pedir: "Não sei se ele era delegado ou escrivão. Era um homem gordão, de bigodes" — afirmou.

Ninguém viu

Nos depoimentos posteriores para as Polícias civil, militar e federal, que estão concluindo seus inquéritos, José Henrique Cafasso procurou corrigir as afirmações constantes do boletim de ocorrência, único momento em toda a história no qual alguém atribui aos ocupantes do Opala oficial com chapa fria a autoria dos disparos. As outras 30 testemunhas afirmam que não viram quem deu os tiros ou responsabilizam os policiais da PM.

Encostado no portão da sua casa num bairro operário de Leme, sábado de manhã, depois de ter passado a noite trabalhando como motorista "puxador de cana" na usina Cresciumal. Cafasso ainda parece assustado apesar do tempo que passou desde o conflito. Nos dias seguintes ao 11 de julho, ele até se mudou para a casa de parentes para não falar mais sobre o assunto.

Não é só ele que ainda tem receio de falar. Orlando Barbosa, motorista do ônibus que transportava Cafasso, bloqueado pelos piqueteiros no bairro Nova Santa Rita, onde se concentrava a tropa de choque da PM, dando início ao confronto, não se lembra de nada. Depois de relutar em atender ao chamado no portão, diz apenas que quando a confusão começou jogou-se ao chão do ônibus e não viu mais o que aconteceu. Quando as coisas acalmaram, conta, foi com Cafasso à delegacia para prestar queixa, pensando em recuperar os prejuízos causados ao ônibus.

O padre Sérgio Aparecido Colombo, há seis anos em Leme, pároco da igreja Matriz São Manoel, justifica assim o silêncio que encobre os trágicos acontecimentos de 11 de julho:

— Os envolvidos no episódio são os pobres, que se deixam levar pelo conformismo. Mas, na periferia de Leme, todos sabem quem atirou e dizem que foram os policiais. Eu não posso dizer porque não estava lá. O que eu digo a você com certeza, é que os trabalhadores não estavam armados de revólveres.

Colombo tem razão, como mostra o testemunho dos irmãos Antônio e Reginaldo Quirino Lopes, duas das vítimas do conflito. Antônio, bóia-fria de 22 anos, conta que viu os policiais atirando primeiro para o alto, achando que eram tiros de festim. Como os outros piqueteiros, ele começou a correr e levou um tiro no cotovelo do braço esquerdo. A perseguição policial, que começou no piquete montado numa praça no início da avenida Raposo Tavares, estendeu-se por todo o bairro.

Reginaldo, 17 anos, estava em casa e quando viu os policiais se aproximando, de revólveres na mão, correu para dentro e se escondeu debaixo da cama. Ali mesmo o prenderam e começou sua odisséia. Levado para o destacamento da PM em Leme, foi espancado durante uma hora e meia. Mas ele não espera que os policiais sejam punidos.

— Eles queriam saber quem era o cabeça da greve mas eu não sabia e aí eles batiam mais, davam socos no estômago. O negócio é deixar como está. Quem pode com os homens?

Caçada policial

É desta forma que pensa também a dona de casa Virgínia Aparecida André, que mesmo grávida de seis meses na não escapou da caçada policial. Ela eslava no banheiro da sua casa, a três quadras da praça onde houve o conflito.

— Primeiro eles me bateram com o cassetete na cabeça; aí, quando eles foram bater na barriga, eu me agachei para proteger a criança e apanhei nas costas.

Virgínia, cujo único crime é ser mulher de um bóia-fria que trabalha na usina São João, em Araras, teve que ser levada de ambulância para a Santa Casa e conseguiu salvar a criança, que deve nascer no dia 12 de outubro.

Leonilda Flavia Ambrósio, mãe de seis filhos, que mora bem no lugar onde estacionou o ônibus atacado pelos piqueteiros, lembra que naquele dia acordou às 5h da manhã com o barulho.

Quem estava no ônibus correu para dentro da sua casa.

— Foi um tropel aqui na frente; era tiro e bomba pra todo lado. Eu fiquei na janela vendo a confusão, preocupada com as crianças.

Zilda, a filha caçula, ficou tão assustada que fugiu para a casa dos avós em Pirassununga e não queria mais voltar para Leme. Agora, além das marcas dos tiros nos muros em volta da sua casa, o único sinal visível do conflito na praça do Jardim Nova Santa Rita é uma árvore plantada no dia 10 de agosto para lembrar os mortos. A placa com seus nomes desapareceu no mesmo dia e a pequena Cibipiruna não cresce porque ninguém se lembra de regá-la.

Sueli Correia, viúva do bóia-fria Orlando Correia, mudou-se com os dois filhos para a casa dos pais, em São José do Rio Preto. Os pais da outra vítima fatal, Sibely Aparecida Manoel, continuam na cidade, mas evitam falar sobre o assunto. Os feridos que prestaram depoimentos na polícia nunca foram chamados para fazer o reconhecimento dos seus agressores. Nos três interrogatórios a que já foi submetido, o pároco Colombo foi perguntado muitas vezes se era filiado a algum partido político e como explicava que a greve tivesse durado tanto tempo.

— Eu apanhei de todos os lados, da polícia e dos paroquianos ricos. Me acusaram de comunista porque cedi aos grevistas os alimentos que recolhemos todos os meses para ajudar

os pobres e emprestei o salão paroquial para as reuniões do comitê de solidariedade. O dízimo caiu e fui ameaçado de morte porque fiquei do lado do trabalhador. O que os trabalhadores estavam pedindo para ganhar um pouco mais era uma miséria, mas os poderosos não queriam abrir a mão para nada. Até a primeira-dama do município, Virginia Leme Franco, disse que o padre faz política nos sermões e que por isso estava diminuindo a presença de fiéis na igreja. É mentira. Hoje vem mais gente na igreja do que antes.

Padre Colombo está otimista. Apesar dos mortos e dos feridos no conflito de julho, ele constata que as comunidades de base na periferia cresceram muito depois da greve. "reforçando o desejo de viver com mais dignidade". São eles, os cortadores de cana, apanhadores de café e algodão, os bóias-frias, cerca de 10 mil homem, mulheres e crianças, que hoje constituem a maior força de trabalho dessa cidade pacata que fica deserta durante o dia e dorme cedo. O pároco só não tem esperanças de que um dia a Justiça puna os culpados por esse conflito que na cidade já é chamado de "Riocentro de Leme".

— Não sei até que ponto é interessante para a polícia apurar a verdade sobre o que aconteceu aqui.

(Página 5)